

Conselho Estadual de Políticas de Previdência Social - CEPPS

Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conselho
Estadual de Políticas de Previdência Social -
CEPPS, realizada no dia 26 de março de 2025.

Dia vinte e seis (26) do mês de março de 2025, às 14:30hs, no Ambiente Virtual fornecido pelo software Google Meet, reuniram-se os membros do Conselho Estadual de Políticas de Previdência Social da Cearaprev - CEPPS: **Alexandre Sobreira Cialdini** (Conselheiro Nato Titular - Presidente do CEPPS), **Denilson de Oliveira Adriano** (Conselheiro Titular - Representante do Estado - ALECE), **Elano Lima** (Conselheiro Suplente - Representante do TCE), **Patrícia Lima de Sousa** (Conselheiro Titular - Representante do Estado - PGJ), **Maria Carmelita Sampaio Colares** (Conselheira Titular - Representante Vinculado ao SUPSEC - SEPLAG), **Virgínia Márcia** (Conselheira Titular - Representante da FUNECE) e **Patrícia Gomes Teixeira** (Conselheira Suplente - Representante da ADAGRI). Como convidados, **Paulo Sucupira** (Diretor da Assessoria de Gestão de Investimentos da Cearaprev), **Paula Thiers** (Assessoria da Presidência), **Jeffson Holanda** (Assessoria da Presidência), **Ronialison Fernandes** (Assessoria de Gestão de Investimentos da Cearaprev) e **Elayne Nagle** (Assessoria de Comunicação). **A reunião foi gravada pelo ambiente virtual e encontra-se mantida nos arquivos da Cearaprev que estão na nuvem do Google Drive.** Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos para análise dos tópicos das pautas do dia: **1)** Aprovação da ata da 11ª Reunião Ordinária; **2)** Resultado desempenho PREVID de 2024; **3)** Novo organograma da Cearaprev; **4)** Cartilha CPP; **5)** Encaminhamentos e Deliberações. Os materiais anexos à pauta foram enviados previamente aos membros do Comitê via e-mail e whatsapp. Fazendo uso da palavra, Paula Thiers cumprimentou os Conselheiros(as) presentes e deu abertura aos trabalhos, registrando a presença dos membros e convidados. Em seguida, passou para a primeira pauta do dia **1)** Aprovação da ata da 11ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a palavra foi passada a Paulo Sucupira, que iniciou sua apresentação sobre o item **2)** Resultado de Desempenho da PREVID em 2024. Ele começou explicando que a pauta tratava do desempenho da carteira PREVID no quarto trimestre de 2024, assim como do resultado consolidado do ano. Sucupira informou que a carteira da PREVID encerrou o ano com um total de R\$2,25 bilhões, apresentando uma rentabilidade de 2,32% no último trimestre e um retorno acumulado de 9,88% ao longo do ano. Na sequência, ele destacou o primeiro grupo de ativos que compõem a carteira: os títulos públicos. De acordo com ele, a carteira conta com diversos papéis com vencimentos escalonados, incluindo títulos com vencimento em 2027, 2029, 2032, 2035, 2040, 2045, 2050 e 2060. Ressaltou ainda que apenas dois desses títulos estão marcados

a mercado, enquanto os demais são marcados na curva. Na sequência da apresentação, foi destacado que a NTN-B com vencimento em 2040 foi marcada a mercado, assim como a NTN-B com vencimento em 2060. Ambas foram as únicas desse grupo com essa característica. O total investido em títulos públicos somou R\$1.237.198.000, com rentabilidade de 2,38% no trimestre e 9,54% no ano, representando 61,08% da carteira PREVID. Em seguida, foram abordados os fundos de investimentos compostos exclusivamente por títulos públicos. Esses fundos, listados na apresentação, totalizaram R\$298.660.000, com rendimento de 1,10% no trimestre e 7,96% no acumulado do ano, equivalendo a 14,75% da carteira. O próximo grupo de ativos pertence ao artigo 7.3A da Resolução 4.963, que regulamenta as aplicações dos ativos nos regimes próprios de previdência social. Dentro dessa categoria, referente a fundos de renda fixa, a carteira incluiu dois fundos, um do Bradesco e outro do BTG, totalizando R\$249.752.000. A rentabilidade foi de 2,62% no trimestre e 11,41% no ano. A apresentação seguiu com os ativos enquadrados no artigo 7.4 da mesma resolução, que abrangem ativos de renda fixa emitidos por instituições financeiras, mais conhecidos como letras financeiras. Neste grupo, foram destacados três ativos: duas letras do BTG e uma do Banco Safra, que renderam 3,08% no trimestre e 6,98% no ano, somando R\$127.344.000 e representando 6,29% da carteira. Considerando todos os ativos de renda fixa, o total alcançado foi de R\$1.912.955.000, com rentabilidade de 2,31% no trimestre e 9,54% no ano, correspondendo a 94,45% da carteira total da PREVID. A partir desse ponto, passou-se à análise da renda variável, iniciando com os fundos de ações enquadrados no artigo 8.1. O desempenho desse grupo não foi favorável. Apenas dois fundos apresentaram rentabilidade positiva no ano. O segmento encerrou o trimestre com desempenho negativo de 5,64% e queda acumulada de 9,38% no ano, totalizando R\$71.103.000, valores que também se refletem nos resultados consolidados da renda variável. Na sequência, foi abordado o artigo 9.3, que trata das ações BDR Nível 1, categoria referente aos investimentos no exterior. A carteira conta com um fundo dessa classe, administrado pela Caixa Econômica, que apresentou desempenho expressivo: valorização de 19,72% no trimestre e de 68,28% no ano. O fundo fechou o período com R\$41.392.000, representando 2,74% da carteira. A apresentação também incluiu a composição mensal da carteira no quarto trimestre de 2024. No início de outubro, o patrimônio era de R\$1.852.000.000, avançando para R\$1.908.000.000 em novembro e atingindo R\$2.025.000.000 em dezembro. Os valores consideram todos os ativos aplicados, incluindo fundos, títulos públicos e letras financeiras. Em relação à alocação por estratégia, o destaque foi para os ativos atrelados ao IPCA, com 70,38% de participação, seguidos pelo CDI com 12,33%, IRF-M1 com 8,24%, BDRX com 2,04%, IPCA+0,05% com 2,01%, IDIV com 1,63%, IMAB com 1,48%, S&P 500 com 1,14%, ICOM (índice de consumo) com 0,45% e Small Caps (SMALL) com 0,28%. A análise da alocação por gestor evidenciou o Tesouro Nacional como o principal componente da carteira, com 61,09%. Em seguida, aparecem o Bradesco com 15,32%, a Caixa Econômica com 14,06%, o BTG com 4,23%, o Banco do Brasil com 2,48%, o Banco Safra com 2,07% e o Santander com 0,75%. Sucupira apresentou a aderência à política anual de investimentos para 2024. A alocação-alvo nos títulos do Tesouro Nacional era de 59,15%, e o fechamento do ano foi de 61,08%. Para os fundos de renda fixa compostos integralmente por títulos públicos, a

meta era de 12,77%, tendo sido alcançado 14,75%. Os fundos de renda fixa do artigo 7.3A, que incluem parcela de crédito privado, tinham uma alocação-alvo de 7% e encerraram o ano com 12,33%. As letras financeiras, com meta de 5%, fecharam com 6,29%. Em relação aos fundos de crédito privado, embora estivesse prevista uma alocação de 2%, não foram realizadas aplicações nessa categoria. Para a renda variável, os fundos de ações do artigo 8.1 tinham alocação-alvo de 5,08%, e a execução ficou em 3,51%. O fundo BDR Nível 1, cuja meta era de 2%, encerrou o ano com 2,04%. Quanto aos fundos multimercado e aos empréstimos consignados, ambos com alocação prevista de 2% e 5%, respectivamente, não houve alocação, sendo que, no caso dos consignados, o produto ainda está em fase de desenvolvimento, com expectativa de implementação em 2025. Sucupira apresentou os dados de rentabilidade em comparação com a meta atuarial ao longo do ano de 2024. No primeiro trimestre, a meta atuarial era de 2,61% e a rentabilidade alcançada foi de 2,63%, o que representou um atingimento de 100,9%. No segundo trimestre, a meta foi de 2,27% e a rentabilidade ficou em 2,14%, com 94,37% de atingimento. Já no terceiro trimestre, a meta estabelecida era de 2,08%, e a rentabilidade superou a expectativa, alcançando 2,44%, equivalente a 117,06% de atingimento. No quarto trimestre, a meta foi de 2,7%, mas a rentabilidade ficou abaixo, em 2,32%, com atingimento de 85,7%. No consolidado do ano, a meta atuarial era de 10,03% e a rentabilidade da carteira atingiu 9,88%, o que corresponde a 98,5% do objetivo anual. Sucupira destacou que esse desempenho foi impactado principalmente pelos resultados negativos registrados em dezembro, último mês do quarto trimestre. Esse período foi marcado por forte aversão ao risco nos mercados, em função do agravamento do cenário fiscal, o que afetou especialmente os fundos de renda variável. Além disso, a elevação da taxa SELIC comprometeu o desempenho dos títulos públicos marcados a mercado, dos quais a carteira da PREVID detém dois, resultando em perda de rentabilidade. Em seguida, foi apresentado o quadro comparativo entre a rentabilidade da carteira e os principais indicadores de referência. A carteira da PREVID fechou o ano com rentabilidade nominal de 9,88%. O IPCA acumulado no período foi de 4,83%, enquanto a meta atuarial, definida como IPCA + 4,94%, totalizou 10,03%. O CDI, por sua vez, encerrou o ano em 10,89%. A rentabilidade real da carteira, descontada a inflação, foi de 4,81%. Em termos de atingimento, a carteira alcançou 98,5% da meta atuarial, 204,43% em relação ao IPCA e 90,71% em relação ao CDI. Sucupira aproveitou para explicar aos conselheiros a diferença entre a marcação a mercado e a marcação na curva. Ressaltou que a marcação a mercado sofre variações diárias de preço conforme as oscilações do mercado financeiro, enquanto a marcação na curva representa uma valorização linear do título até sua taxa contratada, sem considerar as variações de curto prazo. Ambos os métodos entregam a mesma rentabilidade ao vencimento, mas o impacto nos resultados contábeis é diferente. Ele exemplificou que, com os dois títulos públicos da carteira marcados a mercado, o atingimento da meta anual foi de 98,5%. Se esses mesmos títulos tivessem sido marcados pela curva, o atingimento teria sido de 107,2%. Foi apresentada também a rentabilidade histórica do PREVID desde a sua criação, em 2014. No acumulado, a meta atuarial somou 184,84%, enquanto a rentabilidade obtida pela carteira foi de 172,64%, o que representa 93,4% de atingimento acumulado em relação à meta. Em termos nominais, o PREVID rendeu R\$43.629.456,87 no

quarto trimestre e R\$156.368.594,77 no acumulado de 2024. O FUNAPREV, outro fundo administrado, apresentou rendimento de R\$3.813.554,22 no trimestre e R\$20.567.886,23 no ano. Já o fundo Prev Militar rendeu R\$1.218.343,94 no trimestre e R\$8.872.452,42 no ano. O total consolidado da CEARAPREV, considerando os três fundos, foi de R\$48.661.355,06 no trimestre e R\$185.808.933,42 no exercício de 2024. Por fim, foi abordada a análise de risco da carteira, conforme os limites estabelecidos por tipo de aplicação. Para os ativos classificados no artigo 7º, referentes à renda fixa, o limite de Value at Risk (VaR) é de 7, enquanto o VaR efetivo ficou em apenas 0,28. Para os ativos do artigo 8º, o limite é de 20 e o resultado foi de 5,75. Já os ativos do artigo 9º, que tratam de investimentos no exterior, também têm limite de 20% e apresentaram um VaR de 7,52%. De forma geral, o VaR consolidado do PREVID ficou em 0,38, bem abaixo dos limites máximos estabelecidos, o que, segundo Sucupira, demonstra que a carteira está em plena conformidade com a política de risco institucional. Sucupira apresentou, em seguida, a exposição dos riscos individuais dos ativos que compõem a carteira, detalhando tanto os títulos públicos quanto os fundos de investimento e letras financeiras. Ele destacou que os maiores valores de VaR (Value at Risk) estão concentrados nos títulos públicos marcados a mercado. Um desses ativos apresenta um VaR de 4,48, com volatilidade de 13,49%; outro, VaR de 6,31, com volatilidade de 18,45%. Em contrapartida, os demais títulos, que estão marcados na curva, apresentam volatilidades e VaRs significativamente menores, reforçando o impacto da marcação a mercado na variação do risco. Quanto aos fundos de investimento, o comportamento foi semelhante. No artigo 7º, o VaR ficou em 0,72, bem abaixo do limite regulamentar de 5. No artigo 7.3, cujo limite também é 5, o VaR apurado foi de apenas 0,03. Já o artigo 7.4 apresentou VaR de 0,19. Para os artigos 8º e 9º, ambos com limite de 20, os resultados foram 5,75 e 7,52, respectivamente. Sucupira concluiu esta parte ressaltando que os números indicam boa aderência da carteira aos parâmetros de risco estabelecidos. Ao final da apresentação, colocou-se à disposição para esclarecer dúvidas. Em seguida, o conselheiro Cialdini fez uma intervenção. Ele questionou sobre as possíveis movimentações na carteira diante da aceleração das metas inflacionárias, da expectativa de elevação do IPCA e do impacto de decisões futuras do Procon. Comentou ainda que o aumento da taxa SELIC de níveis próximos a 10% para até 14,25% poderia gerar mudanças relevantes na alocação entre CDBs, crédito privado, fundos multimercado e até mesmo na lógica dos empréstimos consignados. Destacou que, no caso do servidor público, operar fora do mercado e com juros reduzidos é uma vantagem significativa. E concluiu perguntando qual cenário a equipe da PREVID projeta daqui para frente. Sucupira respondeu que a equipe já vinha analisando esse cenário desde novembro, quando ocorreu um aumento expressivo de 1 ponto percentual na taxa SELIC, acompanhado da expectativa de mais duas elevações de mesma magnitude. Com base nisso, foi identificado que a renda fixa passaria a ser suficiente para alcançar a meta atuarial vigente. Assim, na construção da política de investimentos para 2025, elaborada em conjunto com a equipe de atuários, foi definido que a nova meta será IPCA + 4,5%, em vez dos 4,94% utilizados em 2024. Ele explicou que a alocação de recursos passará a priorizar os ativos indexados a índices de preços e ao CDI, acompanhando de forma direta a taxa SELIC. Isso inclui letras financeiras e títulos públicos federais, que devem manter boa performance. Paralelamente,

será feito um movimento de redução, ou mesmo eliminação, da exposição à renda variável, cuja perspectiva segue negativa, não apenas para 2025, mas também para 2026. Essa cautela é reforçada pelo cenário internacional, com destaque para a proposta de taxação de grandes empresas anunciada pelo governo americano, que pode afetar significativamente as companhias brasileiras. Cialdini sugeriu, então, a construção de cenários econômicos para os próximos trimestres, com o objetivo de reduzir a margem de erro nas decisões estratégicas. Propôs a definição de dois ou três cenários possíveis que possam orientar as escolhas da carteira. Sucupira acolheu a sugestão e informou que a equipe já adota esse tipo de abordagem. Mencionou o uso do sistema S-Gold, uma ferramenta que auxilia na formação das carteiras com base em cenários econômicos elaborados a partir do Relatório Focus, do Banco Central. Esse relatório fornece projeções regulares de IPCA, SELIC, PIB e câmbio. Com base nessas informações, os cenários são periodicamente avaliados e, sempre que necessário, ajustes são feitos na política de investimentos, sendo posteriormente submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo. Encerrando sua participação, Sucupira perguntou se poderia concluir oficialmente a apresentação. Após confirmar que a apresentação já havia sido enviada junto ao convite, Sucupira passou a palavra para Paula, que apresentou o novo organograma da Cearaprev. A estrutura foi reformulada por meio do Decreto nº 36.410, de 10 de janeiro de 2025, aprovado pela SEPLAG. Antes, a presidência contava com duas assessorias (Jurídica e Controle Interno) e a Ouvidoria, além de oito diretorias. A diretoria de maior volume era a de Gestão de Benefícios, considerada o pulmão da Cearaprev, e englobava diversas gerências como aposentadoria, pensão civil, militares, implantação e compensação previdenciária. Com a nova estrutura, a Cearaprev passou a contar com quatro assessorias — Jurídica (ASJUR), Controle Interno, Atuarial (ASEAT) e Investimentos — todas ligadas diretamente à presidência, além da Ouvidoria. Os órgãos colegiados permanecem no topo, incluindo o Conselho Deliberativo. As diretorias foram reorganizadas em quatro: a DIPRE (antiga DIGEB), que agora também inclui a CPP — Central de Processamento Previdenciário, criada em parceria com a PGE para agilizar a análise de processos previdenciários; a DIMAB, responsável pela implantação e manutenção de benefícios, além de cálculos, fiscalização e compensação; a DIGED, que consolidou as áreas de tecnologia e análise de dados; e a DIAF, que manteve a parte administrativa e financeira, além de incorporar a Gerência de Atendimento e a área de recursos humanos. Ao final da apresentação, Denilson perguntou sobre a quantidade de cargos na nova estrutura. Quem respondeu foi Cialdini, explicando que houve uma redução, inclusive nos custos, conforme orientação recebida para reestruturar a Cearaprev com maior eficiência. Paula acrescentou que houve diálogo direto com a SEPLAG e que a mudança teve como foco principal a redução de gastos, embora ela não soubesse detalhar os quantitativos de cargos terceirizados ou comissionados. Durante a reunião, Elano questionou a diferença entre a GEPEN (concessão de pensão), a GEBED (benefícios e dependentes), ambas da Cearaprev, e outras gerências como a GEAPO (aposentadorias) e a GETIN (transparência da inatividade). Paula explicou que a principal diferença está na Central de Processamento Previdenciário (CPP). Ela explicou que a CPP foi criada para processar demandas das três maiores secretarias do Estado, Saúde, Educação e Forças de Segurança, e possui um fluxo específico, previsto em

decreto e instrução normativa, distinto do trâmite regular da Cearaprev. Há, inclusive, processos que não passam mais pela análise da PGE. Como os volumes de processos são altos nessas áreas, e parte dos servidores foi deslocada para compor essa estrutura, foi necessário criar novas gerências com nomes diferentes, ainda que tratem da mesma temática. Carmelita, por sua vez, demonstrou preocupação com a ausência de quadro efetivo na Cearaprev e perguntou se havia previsão para concurso público. Paula respondeu que existem dois processos sobre o tema, um referente ao concurso e outro ao plano de cargos, mas que ambos ainda estão na fila da SEPLAG. A previsão, segundo ela, seria para o fim de 2025 ou início de 2026. Ressaltou que a Cearaprev é o único órgão, direto ou indireto, sem servidores efetivos, o que torna a situação crítica. Cialdini complementou, reforçando que o problema se estende a outras secretarias criadas nas gestões de Elmano e Camilo, que também não possuem quadro próprio. Ele destacou que o Estado enfrenta limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente após a concessão de aumentos salariais, incluindo reajustes diferenciados para professores. Esses aumentos impactaram fortemente a folha de pagamento, aproximando o Ceará do limite de alerta definido pelo TCE. Explicou que qualquer concurso precisa considerar o crescimento da Receita Corrente Líquida, já que se trata de despesa obrigatória e continuada. Por isso, embora o governo esteja atento à necessidade de recomposição, é preciso cautela, pois novos concursos só podem ocorrer sem comprometer a sustentabilidade fiscal do Estado. Carmelita questionou ao secretário se os gastos com pessoal incluem os terceirizados e os valores pagos a empresas. Cialdini respondeu que, em parte, sim. Explicou que, quando a despesa substitui uma atividade-fim do Estado, ela entra no cálculo de pessoal. Já quando se contrata uma empresa sem substituir servidores, como nos casos de serviços de limpeza ou vigilância, essa despesa é classificada como outra despesa corrente. No entanto, contratos com organizações de saúde, como cooperativas médicas, são incluídos. Virginia então perguntou se o quadro técnico da Cearaprev é contabilizado nesses gastos. Cialdini respondeu que sim, desde que sejam servidores concursados. A partir disso, Virginia fez considerações mais amplas sobre a condução da gestão pública. Observou que, embora reconheça os esforços da administração, vê com preocupação o avanço da terceirização e o repasse de recursos públicos para organizações sociais, como no caso do hospital universitário gerido pelo ISGH. Ressaltou que a recente reposição salarial dos servidores não cobre as perdas acumuladas, mesmo após intensas negociações. Ela destacou a importância de fortalecer a gestão pública com servidores efetivos e criticou a falta de participação dos servidores na reformulação do organograma do Estado. Citou, como exemplo, que estava afastada para um pós-doutorado e não foi chamada a contribuir com o processo. Para ela, o governo deveria adotar uma postura mais participativa, especialmente considerando os princípios democráticos que o sustentam. Virginia Viana também apontou a precarização enfrentada pelos aposentados, a ausência de reposição salarial adequada e os desafios enfrentados pelas universidades estaduais, como a falta de professores mesmo após o maior concurso já realizado. Enfatizou que é essencial manter a defesa dos serviços públicos e expressou preocupação com a tendência de adoção de práticas associadas ao modelo neoliberal. Pediu atenção à fila de processos ligados ao funcionalismo e defendeu maior valorização dos servidores, especialmente na Cearaprev.

Cialdini respondeu dizendo que precisava corrigir uma colocação. Afirmou que o governo está longe de adotar um modelo neoliberal, pois trabalha pelo fortalecimento do Estado. Disse que o neoliberalismo prega a redução do papel estatal, enquanto a atual gestão atua com foco em eficiência, produtividade e justiça social, citando Joseph Stiglitz como referência. Ressaltou que a crítica é importante e que ajustes internos estão sendo feitos para viabilizar a convocação de novos servidores. Pediu apenas que não o classificassem como neoliberal, encerrando com leveza. Virginia esclareceu que não chamou Cialdini de neoliberal, mas que o Estado, como um todo, tem caminhado nessa direção por meio da terceirização e da privatização crescentes. Afirmou que é necessário manter um debate crítico sobre a austeridade fiscal e as isenções tributárias, que afetam o financiamento do serviço público. Disse que votou e defende o atual governo, mas que isso não exclui a necessidade de debate. Finalizou reforçando a defesa da gestão pública, da valorização dos servidores e da rejeição à ideia de um Estado mínimo. Carmelita comentou que sua tranquilidade em relação ao processo vem do fato de que Cialdini é servidor e, portanto, também tem interesse direto no futuro da Cearaprev. Ela acredita que ele está comprometido com a causa e espera que isso influencie na priorização do andamento do processo. Cialdini respondeu, em tom descontraído, que sua aposentadoria está bem próxima. Paula então se dirigiu a Virginia Viana, lembrando que ela havia feito uma colocação sobre a participação dos conselheiros na criação do organograma. Paula concordou com a importância dessa participação, ressaltando que o conselho deliberativo tem um papel essencial, mas explicou que o prazo curto dificultou a inclusão de todos os atores. Segundo ela, foi necessário devolver rapidamente a proposta de organograma à Seplag, e, por isso, o decreto foi publicado de forma célere, ainda durante o período de final de ano. Paula contou que, quando voltou de férias, o decreto já havia sido praticamente finalizado, mas garantiu que tudo foi discutido de forma intensa com a Seplag. Ela explicou ainda que, em termos de estrutura, os conselhos estão organizados de forma paralela à presidência. O conselho deliberativo, por exemplo, é o órgão máximo, responsável por aprovar temas importantes como a política de investimentos. Já o COFIS é consultivo, com função de fiscalização, principalmente das finanças. Todos os órgãos colegiados, como CEIPS, COFIS, CEPPS e o comitê executivo, possuem atribuições específicas, sem que haja uma hierarquia entre eles e a presidência. Paula reforçou que o organograma foi amplamente discutido internamente, com validação da diretoria e encaminhamento final à Sefaz. Virginia Viana perguntou se já haviam sido designadas pessoas para os cargos do novo organograma e se os nomes estavam disponíveis para consulta. Paula respondeu que os nomes ainda não haviam sido oficialmente divulgados, mas que ela sabia de cabeça e apresentou as informações disponíveis naquele momento. Carmelita comentou que estranhou a saída de um grupo significativo de pessoas que contribuíam historicamente com a Previdência. Para ela, a saída em bloco gerou dúvidas e questionamentos entre os servidores, especialmente por envolver também técnicos que não ocupavam cargos de liderança. Ela defendeu que o conselho tem a responsabilidade de compreender os motivos dessas mudanças, mesmo que não tenha competência para definir os cargos. Paula disse que também lamenta profundamente essas saídas. Ela destacou que se tratam de três profissionais que foram referência e verdadeiros professores na construção da

Previdência estadual. Apesar da falta que fazem, ela ressaltou que todos deixaram ensinamentos importantes e indicaram seus sucessores. Paula afirmou que não tem uma resposta definitiva sobre os motivos das saídas, mas acredita que cada um deles poderia se manifestar diretamente, caso desejassem. Paula deu continuidade à reunião apresentando a cartilha da Central de Processamento Previdenciário (CPP), elaborada a partir de uma portaria publicada em novembro de 2024, que criou um grupo de trabalho voltado à estruturação da CPP e à revisão do organograma. A cartilha, desenvolvida com apoio de gerentes e assessores da Cearaprev, incluindo Sérgio e Isaac, que mesmo após saírem da instituição contribuíram com o material, está disponível no site da Cearaprev e foi enviada aos conselheiros. Ela explicou que a CPP foi criada pela Lei nº 334, de setembro de 2024, e regulamentada por uma instrução normativa elaborada em parceria com a PGE. A CPP tem como principal objetivo dar mais celeridade à análise dos processos previdenciários, reduzindo retrabalho e o tempo de tramitação, especialmente dos processos em estoque. A estrutura do fluxo processual envolve, além da CPP, a atuação da setorial do órgão de origem do servidor, da Cearaprev, da PGE, da Casa Civil e do TCE. Entre esses, Cearaprev e PGE são os dois agentes centrais: a primeira com a análise administrativa e a segunda com a análise jurídica. Muitos atrasos se devem a diligências entre os órgãos, causadas por documentos incompletos ou erros formais. Para solucionar isso, a CPP foi estruturada como um espaço compartilhado, reunindo representantes das principais setoriais, da PGE e da própria Cearaprev, permitindo uma comunicação direta e mais eficaz. Segundo Paula, esse ambiente conjunto tem reduzido significativamente os retornos e agilizado o andamento dos processos. O modelo está em fase de experimentação, mas já tem apresentado bons resultados. A instrução normativa, inclusive, prevê ajustes conforme necessário. Paula destacou que o TCE, embora não integre formalmente a CPP, foi informado e consultado sobre a iniciativa, pois continua responsável pelo registro final dos atos. Foi estipulado um prazo de até 120 dias para a conclusão dos processos sob rito ordinário, e um prazo mais curto para os processos sob rito sumário, que são mais simples e têm critérios específicos definidos na própria normativa. Ela finalizou mostrando um exemplo prático do fluxo de uma pensão, explicando cada etapa, da análise inicial na setorial, passando pela digitalização, elaboração dos atos, assinatura, publicação e registro, destacando que esse modelo se aplica de forma diferente a outros tipos de benefícios, como aposentadorias e reformas. Elano questionou se já havia sido concluído e encaminhado ao TCE algum processo iniciado pela CPP, e pediu que, quando isso ocorrer, seja informado o número do processo para acompanhamento interno, especialmente para observar possíveis diligências e realizar uma análise mais atenta. Paula respondeu que, até o momento, nenhum processo foi completamente tramitado desde o início pela CPP, todos ainda estão pendentes de implantação. Elano reforçou o interesse em acompanhar o primeiro processo e perguntou à Lorena se os autos indicariam claramente que foram instruídos pela CPP. Lorena esclareceu que todos os documentos emitidos pela Cearaprev e pela Procuradoria já fazem referência ao normativo da CPP, o que garante a identificação desses processos. O Capitão Sérgio levantou uma preocupação sobre o acúmulo de processos parados, especialmente os de reforma, mencionando que, em muitos órgãos, há poucos servidores responsáveis por diversas funções

simultaneamente, o que compromete a agilidade. Ele questionou se a CPP teria alguma influência sobre as setoriais para melhorar essa realidade. Lorena respondeu que a central contará com dois representantes das forças de segurança e trabalhará em conjunto com a Gerência de Concessão de Benefícios a Militares para dar vazão aos processos em andamento. Explicou que, com a implantação total da CPP, a carga de trabalho das setoriais será reduzida, pois a central assumirá a maior parte das atribuições. Destacou ainda que o objetivo da CPP é garantir que os processos cheguem ao tribunal o mais bem instruídos possível, com documentação completa, cálculos corretos e entendimento claro das regras, reduzindo o tempo entre a abertura e o envio ao TCE. Paula questionou se havia mais dúvidas sobre a CPP e, como não houve manifestações, informou que todos os pontos da pauta foram concluídos, agradeceu os presentes e deu por encerrada a reunião, da qual eu, Elayne Nagle Aguiar Oliveira, lavrei a presente Ata assinada pelos membros titulares presentes e/ou suplentes representando.

Fortaleza - CE, 26 de março de 2025.

ALEXANDRE SOBREIRA
CIALDINI:2416067931
5

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE SOBREIRA
CIALDINI:24160679315
Dados: 2025.11.13 17:19:03 -03'00'

ALEXANDRE SOBREIRA CIALDINI
Presidente do CEPPS

DENILSON DE
OLIVEIRA
ADRIANO:6208
1772353

Assinado de forma
digital por DENILSON
DE OLIVEIRA
ADRIANO:62081772353
Dados: 2025.11.11
10:01:06 -03'00'

DENILSON DE OLIVEIRA ADRIANO
Conselheiro Titular

gov.br
Documento assinado digitalmente
SERGIO ANTONIO MARTINS DA SILVA
Data: 10/12/2025 10:57:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS DA SILVA
Conselheiro titular

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARIA CARMELITA SAMPAIO COLARES
Data: 05/11/2025 12:35:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARIA CARMELITA SAMPAIO COLARES
Conselheiro titular

PATRICIA LIMA DE
SOUSA:66385423387

Assinado
digitalmente por
PATRICIA LIMA DE
SOUSA:66385423387
Data: 2025.11.11
10:51:19 -0300

PATRÍCIA LIMA DE SOUSA
Conselheiro Titular

gov.br
Documento assinado digitalmente
VIRGINIA MARCIA ASSUNCAO VIANA
Data: 10/11/2025 22:51:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VIRGÍNIA MÁRCIA ASSUNÇÃO
Conselheiro titular

ELANO LIMA DE
OLIVEIRA:04729458
311

Assinado de forma digital por
ELANO LIMA DE
OLIVEIRA:04729458311
Dados: 2025.11.14 17:33:28 -03'00'

ELANO LIMA
Conselheiro titular